

Exatado
12 copias

22

NORMAN MACKENZIE

Da Universidade de Sussex

BREVE HISTÓRIA DO SOCIALISMO

*Tradução de
VERA BORDA*

ZAHAR EDITORES
RIO DE JANEIRO

A SOCIAL-DEMOCRACIA ALEMA

Nos 30 anos após 1870, o movimento socialista alemão tornou-se o mais poderoso da Europa. Até a década de 1870, como vimos, dividia-se em facções rivais, uma liderada por Schweitzer, que tinha substituído Lassalle, e outra chefiada por Wilhelm Liebknecht e August Bebel, partidários de Marx e da Primeira Internacional. Nas eleições de 1871, os dois grupos receberam mais de 100 mil votos. Essa votação conjunta elevou-se a 340 mil em janeiro de 1874, ganhando os lassallianos três cadeiras, no Reichstag, e a facção de Eisner, seis.

Esses êxitos eleitorais cedo atraíram a atenção do Governo do Reich, e ambos os partidos tiveram que enfrentar uma campanha de perseguição. Durante esse período difícil, começaram a descobrir quanto tinham em comum. Seus representantes no Reichstag tinham disputado eleições com programas semelhantes e trabalhado juntos em defesa das mesmas reivindicações e contra os mesmos inimigos. A existência legal de ambos os partidos tinha sido ameaçada por decisões judiciais conseguidas por Tessenloeff, o promotor público. Os principais obstáculos à união eram, na verdade, a lembrança das antigas disputas e algumas diferenças teóricas, cuja importância não parecia ser tão grande em relação às dificuldades práticas enfrentadas pelas duas facções. Em outubro de 1874, foram iniciadas negociações para sua fusão.

Durante algum tempo, Liebknecht ocultou essas negociações de Marx e Engels em Londres. Não atribuía tanta importância, como aqueles faziam, aos assuntos teóricos, e

estava bastante disposto a fazer grandes concessões aos lassallianos, a fim de atraí-los, o mais rapidamente possível, para uma unidade partidária. Sabia que Marx se opunha à fusão por temer que o novo partido pudesse cair nas mãos dos lassallianos, numericamente mais fortes. Assim, quando Marx e Engels finalmente viram o projeto de programa ajustado pelos dois partidos, era tarde demais para fazer qualquer coisa. Embora fizessem veementes protestos a Liebknecht e Bebel, conseguiram apenas algumas alterações mínimas no texto. O programa foi adotado no congresso conjunto que se reuniu em Gota em 1875.

Marx e Engels denunciaram o programa como uma concessão intolerável, mas suas críticas foram ignoradas na Alemanha. Nenhum de seus partidários compreendeu que os dois exilados em Londres não estavam apenas perdendo-se em minúcias, mas levantando questões teóricas extremamente graves. Para as partes interessadas, preocupadas principalmente com as vantagens práticas resultantes da unidade, parecia não ter muita importância que o programa tivesse de ser diluído para atender às exigências dos lassallianos. Não perceberam existir uma grande diferença de princípios entre as idéias de Marx e aquelas a que o programa submeteu o movimento. O *Programa de Gota* não tomava conhecimento dos sindicatos; negava a possibilidade de uma atividade operária internacional efetiva; e aceitava a concepção lassalliana de Estado, como um instrumento neutro de Governo, que poderia ser orientado para fins socialistas, desde que os trabalhadores possuíssem a maioria eleitoral. Marx, ao contrário, acreditava que, se o movimento aceitasse, sem críticas, essa visão reformista, os trabalhadores seriam desviados de sua tarefa real, a derrocada do capitalismo e do Estado a ele associaldo.

Suas críticas, porém, não impressionaram os líderes do novo partido. Aquêles que se declaravam marxistas compar-tilhavam a confusão teórica. Apesar de seu respeito por Marx e Engels, poucos deles faziam qualquer idéia do marxismo como uma filosofia coerente e ampla. No momento em que alguns deles começaram a voltar-se para os argumentos prolixos e pretensiosos de um professor de Berlim, chamado Dühring, Engels decidiu que era tempo de fazer uma declaração dos princípios do socialismo que Marx e ele defendiam.

Não sabia que sua obra polémica *Anti-Dühring*, a longo prazo, desempenharia um papel decisivo na conquista para o marxismo do movimento socialista europeu. Descrevia de maneira lúcida como Marx e Engels interpretavam o curso da história e os acontecimentos de sua época. Não somente conquistou os mais brilhantes jovens socialistas, mas a reimpresão dos capítulos políticos, *Socialismo Utopico e Científico*, teve circulação tão grande quanto a do *Manifesto Comunista*, com o qual rivaliza em influência. Levou algum tempo para que esse livro realizasse a conversão dos movimentos socialistas alemães e outros, mas não há dúvida de que sua publicação marcou o momento em que o marxismo começou a estabelecer sua supremacia sobre as outras doutrinas socialistas.

Apesar das dissensões teóricas internas, o partido fez rápidos progressos. Nas eleições de 1877, recebeu mais de 500 mil votos e mandou 12 representantes para o Reichstag. Mas sua crescente força colocou-o em conflito com as autoridades, que se decidiram a impedi-lo o progresso, antes que estivesse definitivamente consolidado. Duas tentativas fracassadas contra a vida do Imperador forneceram um pretexto adequado para uma legislação repressiva, embora o partido estivesse isento de responsabilidade nos dois casos.

As Leis Anti-Socialistas, aprovadas por instigação de Bismarck, quase acabaram com o partido. Alguns de seus líderes foram exilados; não podiam realizar reuniões públicas nem editar jornais. Os únicos socialistas que podiam falar livremente eram os 12 representantes no Reichstag. Mas a maioria deles resolveu que a única maneira de manter o movimento unido era abandonar os princípios radicais em que se baseava e cooperar com os partidos burgueses progressistas. A minoria, inclusive Bebel e Liebknecht, lutou árdueamente para agir como porta-voz dos trabalhadores revolucionários perseguidos, que não tinham outro meio legal de expressão.

Nesse período de ilegalidade era evidentemente necessário que a máquina partidária fosse sustentada de fora. Coube, portanto, aos exilados organizar os congressos do partido e publicar seu jornal, o *Social-Democrata* — milhares de exemplares foram introduzidos clandestinamente na Alemanha — primeiro a partir de Zurique e depois de Londres. Por muito tempo, o editor do jornal foi Eduard Bern-

stein, que depois se tornou o principal crítico do marxismo dentro do partido.

Ainda que Bismarck não tivesse hesitações na repressão aos socialistas, era bastante inteligente para compreender que não poderia destruir sua influência se não compensasse a perda de liberdade dos trabalhadores com reformas sociais. Em 1882 criou uma lei, estabelecendo seguro contra acidente e doença. À seguir, pensões para a velhice. Bismarck estava disposto, como admitiu ao introduzir as Leis Anti-Socialistas, a aceitar muita coisa que Lassalle reivindicara, como a nacionalização dos transportes, a distribuição equitativa da riqueza através da taxação e a estabilização de empregos através da ação estatal.

Não obstante tudo o que Bismarck fez, os socialistas ganhavam terreno. Em 1884, receberam 549 mil votos; em 1887, 763 mil. Em 1890, apesar das leis restringindo suas atividades, tinham-se tornado o maior partido do Reich, conseguindo 1.427 mil votos. Era evidentemente impossível retrá-los através da perseguição política, e as Leis Anti-Socialistas foram abandonadas. O partido teve, então, que fazer um balanço de sua situação, após mais de dez anos, durante os quais esteve proibido de realizar reuniões públicas ou consultas abertas entre os líderes e a massa de partidários. Logo tornou-se claro que os marxistas dominavam o partido; no congresso de Erfurt, em 1891, o partido aceitou seu projeto de um novo programa para substituir o antigo, adotado em Gota.

Embora o programa nada dissesse sobre o materialismo histórico da teoria da mais-valia, incluiu os princípios fundamentais nos quais Marx insistia que se devia basear um partido operário efetivo. Reconheceu que a luta dos trabalhadores contra o capitalismo não se deveria limitar à política, como Lassalle procurara fazer, ou à reorganização econômica, como Proudhon acreditava, mas deveria ser encetada em ambas as esferas simultaneamente. Afirmando que a tarefa do Partido Social-Democrata era liderar essa luta e dar aos trabalhadores uma consciência de sua missão na emancipação de toda a sociedade, transformando a propriedade privada em propriedade social, e a produção capitalista em produção socialista. Declarava, finalmente, que a luta de classes não se

restringia às fronteiras de uma única nação, pois todos os trabalhadores tinham interesses comuns e o partido, portanto, era internacionalista.

O programa delineava, então, as reivindicações imediatas do partido, como a separação entre a Igreja e o Estado, a educação gratuita, serviços médicos e vantagens legais, taxaço progressiva, legislação trabalhista, protectionista, direitos irrestritos de palavra e reunião, e o pleno reconhecimento legal das organizações sindicais. Após 30 anos de intensos esforços parecia que os marxistas, finalmente, tinham o apoio irrestrito do maior partido operário do mundo.

Essa vitória marxista, porém, não significava que a ala revolucionária do partido, convencida de que reformas pacíficas jamais destruiriam sólidas a força do sistema capitalista, tivesse definitivamente aliado os moderados, os quais buscavam conquistar o poder por métodos constitucionais. Pelo contrário, a ascensão do Partido Social-Democrata a um lugar dominante na política alemã apenas aguçou o conflito entre as duas alas. A principal diferença produzida pela conversão nominal do partido à doutrina marxista foi que ambas as alas se sentiram obrigadas a permeiar seus argumentos de termos marxistas, justificando suas posições por referências minuciosas e acuradas ao texto dos clássicos marxistas. Quando o partido conseguiu um bom número de assentos no Parlamento, tendo recebido apoio quase igual da classe média e dos trabalhadores, teve que decidir se aceitará seu novo papel, como um próspero e respeitável órgão parlamentar, ou se correria o risco de uma provável repressão e de perder muitos de seus partidários mais cautelosos, atendo-se ao espírito e ao texto do marxismo. A decisão, no final, foi a favor dos moderados, mas a controvérsia não foi facilmente resolvida.

No final da década de 90, a cisão entre os dois grupos tornou-se evidente. Há algum tempo, os socialistas da Alemanha do Sul, onde a indústria não era tão desenvolvida e as instituições políticas eram mais democráticas do que na Prússia, vinham criticando a liderança do partido por interpretar muito literalmente o marxismo. O partido, diziam eles, somente conseguia o apoio da população rural se deixasse de dogmatizar a respeito das tendências inerentes à socieda-

de capitalista e tomasse providências para conseguir algumas reformas práticas imediatas.

Esse descontentamento, além disso, não se limitava a uma área. Em todo o partido havia um número crescente de membros que rejeitavam as proposições tradicionais do marxismo, considerando-as inadequadas, e exigiam que o partido revísse os princípios teóricos em que se baseava. O bancário Eduard Bernstein, que se tinha tornado funcionário do partido e editava em Zurique o seu órgão oficial, tornou-se principal porta-voz desse grupo de "revisionistas", como foram chamados.

Bernstein deixara a Alemanha no ano da aprovação das Leis Anti-Socialistas, passando os 22 anos seguintes na Suíça e Inglaterra, antes de retornar à pátria em 1900. Durante algum tempo foi íntimo colaborador de Engels e era considerado um dos mais brilhantes jovens marxistas. Com o passar dos anos, entretanto, convenceu-se de que a análise marxista do capitalismo era errada ou obsoleta. Era também grande amigo de alguns líderes da Sociedade Fabiana, e foi muito influenciado por sua rejeição de Marx e a crença na evolução gradual da sociedade em direção a um sistema socialista de Estado. Estava, de fato, destinado a desempenhar na Alemanha um papel semelhante ao dos fabianos no Movimento Trabalhista britânico.

Eduard Bernstein começou seus ataques contra os marxistas ortodoxos numa série de artigos escritos para o jornal teórico do partido, *Neue Zeit*, seguindo-se uma longa carta enviada a uma conferência do partido, realizada em Stuttgart em 1898, e com seu livro *Evolutionary Socialism*,* publicado em 1899. Bernstein declarava que Marx estivera errado ao acreditar na iminência do colapso do sistema capitalista. Es-tivera também errado ao prever que o abismo entre as várias classes sociais se ampliaria e a luta de classes se tornaria mais aguda, conforme a propriedade dos meios de produção se fosse concentrando em mãos de pessoas cada vez menos numerosas.

Ao contrário, o desenvolvimento das sociedades anônimas, nas quais a propriedade se dispersa entre muitos milha-

* N. do B.: Traduzido para o português e publicado, sob o título *Socialismo Evolucionário*, por Zahar Editores, Rio, 1964.

res de acionistas, significava que existia "um número crescente de capitalistas em todos os níveis". A classe média não estava desaparecendo, mas tornava-se cada vez maior e mais importante. O progresso da democracia política, a emergência de um Estado que estava disposto a reconhecer os sindicatos, a limitar a exploração do trabalhador por uma legislação protetora, e a introdução de um sistema nacional de seguro e assistência social, diminuam a necessidade e a oportunidade da mudança catastrófica que Marx antecipara.

Não há nenhum objetivo final de socialismo, acrescentava Bernstein: os socialistas não deveriam manifestar interesse excessivo numa futura sociedade cuja natureza é imprevisível. "O movimento é tudo", disse ele numa frase famosa. O partido deveria concentrar seus esforços em conseguir, uma a uma, as reformas definidas e limitadas que, em conjunto, transfeririam gradualmente o controle da sociedade de "uma oligarquia comercial proprietária de terras para uma verdadeira democracia". A teoria do valor do trabalho, disse Bernstein, era pouco mais que uma imagem abstrata. Não tinha utilidade na investigação do real funcionamento da economia capitalista. Da mesma maneira, dizia que Marx tinha criado uma explicação confusa e imprópria das crises econômicas periódicas.

Não havia prova de que essas crises se tornariam cada vez mais violentas, culminando num malogro geral, devido à incapacidade do capitalismo para superar suas contradições internas. Na verdade, Bernstein acreditava que a enorme expansão da riqueza e comércio dos principais países industriais, a elasticidade de seus sistemas de crédito e o desenvolvimento dos trusts e monopólios tornaram mais estável o capitalismo, e que outras depressões econômicas seriam improváveis. Os socialistas, portanto, tinham de confiar mais na transformação regular da sociedade por métodos democráticos do que pelas táticas revolucionárias propostas por Marx, na época em que os trabalhadores não tinham direitos políticos, e deviam enfrentar um Estado hostil, dominado pelos empregadores que os exploravam. O movimento socialista era o herdeiro do liberalismo, com sua consideração pela liberdade pessoal, e não poderia aceitar a tese de que as flexíveis instituições liberais da sociedade moderna deveriam ser derrubadas e substituídas por uma ditadura do proletariado.

Isso, dizia Bernstein, "pertence a uma civilização inferior e, sem considerar a conveniência e praticabilidade da coisa, deve ser encarada apenas como uma reversão".

Assim, para Bernstein, como para os fabianos, o Estado não era uma organização de classe. Era uma associação em que trabalhadores tinham assegurado uma parte considerável. Realizariam tudo o que desejassem pelo uso inteligente dos seus votos, sem qualquer resistência real dos capitalistas, pois "os direitos da minoria com posses deixaram de ser um sério obstáculo ao progresso social".

Com esses argumentos, continuamente elaborados nos dez anos seguintes, Bernstein provocou a mais intensa controvérsia teórica, não somente nas fileiras do Partido Social-Democrata, mas também entre os movimentos socialistas de outros países em que o marxismo tinha alguma influência. Nessa época, tudo o que Marx e Engels tinham dito ou escrito era submetido a minucioso exame para provar se era ou não aplicável à estrutura capitalista mais desenvolvida, com a qual os socialistas tinham que se ajustar. Foi realmente uma disputa de importância crítica na história do socialismo. (E também para nós, atualmente. Pois a discussão a respeito das táticas de um movimento minoritário no final do século XIX tornou-se uma contenda entre Estados, agora que comunistas e socialistas moderados se tornaram Governos nacionais, e agora que os próprios comunistas se dividiam, em relação a esses assuntos, entre russos "revisionistas" e chineses "militantes".) Iria o movimento europeu declarar, como tinha ocorrido na Inglaterra, que a estrada revolucionária para o poder era inadequada a uma democracia, que os capitalistas abdicariam sem luta violenta, e que, no devido tempo, pela acumulação constante de reformas, a comunidade socialista seria conseguida? Ou decidiria que o sistema capitalista não poderia fazer concessões indefinidamente, que não poderia evitar a recorrência de desastrosas crises econômicas e, finalmente, de guerras imperialistas? Se aceitasse a primeira política, certamente encarraria os marxistas revolucionários como maiores inimigos do progresso do que os próprios capitalistas. Se, no entanto, desse ouvido às advertências da esquerda, deveria preparar-se para uma longa e árdua luta pelo poder, em que não haveria trégua para ambas as partes.

A esquerda acreditava que, se o progresso do socialismo dentro da democracia capitalista ameaçasse os direitos de propriedade da classe dominante, essa classe estaria mais disposta a abolir os direitos democráticos duramente conquistados pelos trabalhadores do que a desistir de sua riqueza e privilégio. Se o operariado depositasse inteiramente sua fé na ação legal e possibilidade de mudança por consenso geral, ficaria impotente e sem líderes justamente no momento em que a guerra ou as crises econômicas lhe ofereceriam a oportunidade de conquistar o poder. Os marxistas diziam que Bernstein e seus associados, alimentando a ilusão de que o capitalismo tinha mudado toda a sua natureza, especialmente a partir do desenvolvimento dos monopólios, estavam levando o movimento à derrota.

Mas os próprios marxistas não estavam unidos. Alguns deles mantinham uma atitude revolucionária sem concessões, e, como Rosa Luxemburgo e o jovem Liebknecht, tornaram-se, mais tarde, fundadores da Liga Espartacus, precursora do Partido Comunista Alemão. A maioria deles seguiu a liderança de Karl Kautsky, um dos mais eminentes teóricos marxistas, que começou como adversário de Bernstein e, mais tarde, por sua hostilidade ao comunismo, voltou-se para o lado dos "revisionistas".

Assim, apesar do compromisso formal com o marxismo, o Partido Social-Democrata dividia-se em facções rivais. A ala direita do partido era bastante aberta ao apoio do imperialismo alemão, justificando-se quase nos mesmos moldes com que Shaw endossara a guerra da Inglaterra contra os hóeres, e desmanchando-se, às vezes, em calorosos elogios à missão civilizadora de seu país. O centro tornara-se tão obcecado pelas reformas práticas e abstrações teóricas que perdera toda perspectiva realista dos acontecimentos, e quase no momento da eclosão da guerra de 1914 afirmava não haver ameaça alguma de conflito, pois os principais estadistas tinham assegurado ao mundo que desejavam a paz. Embora ainda fizessem referências copiosas a Marx e às tradições do partido, essas duas alas tinham-se envolvido de tal maneira na política do Império Alemão que quase não faziam idéias alguma onde o Reich desejava chegar.

Todas as vezes que elementos radicais do partido reclamavam que ele se lembrasse da tradicional oposição socia-

lista ao militarismo, ou que se preparasse para a guerra iminente, eram denunciados tanto pela direita, como pelo centro, como extremistas que estavam pondo em perigo o notável progresso já feito pelo partido em direção ao socialismo. O partido ainda era, de fato, o maior movimento socialista do mundo, com uma vasta organização, grande número de jornais e votação maciça nas eleições. Mas a debilidade interna do movimento seria tragicamente evidenciada durante a guerra de 1914-18 e nos anos imediatamente posteriores.

Os moderados venceram o conflito com os revolucionários por motivos quase idênticos aos que fizeram o Partido Trabalhista inglês passar para a liderança dos fabianos, em vez da Federação Social-Democrata. O capitalismo alemão, como o inglês, atravessava um período de expansão e prosperidade, embora o período fosse mais breve e a prosperidade não tão grande. É uma característica desses períodos que o movimento socialista perca sua militância e tente encontrar uma base de compromisso com o sistema existente.

Houve, certamente, diferenças importantes entre o Partido Trabalhista e os socialistas-democratas alemães, uma das quais é a maneira como os últimos continuaram a repetir frases marxistas tradicionais, muito tempo depois que elas deixaram de ter qualquer relação com a prática política dos líderes social-democratas. Mas o marxismo não teve importância na Inglaterra. O movimento trabalhista herdou a tradição de radicalismo de Bentham e J. S. Mill. Assim, os fabianos já encontraram o terreno preparado quando partiram para o controle do Partido Trabalhista. Na Alemanha, porém, como em outros países da Europa, não houve outra filosofia socialista consistente que sobrevivesse ao impacto do marxismo. Por isso, os que eram realmente reformistas liberais tiveram que se apresentar como revisionistas do marxismo, e não como seus opositores. Esse paradoxo foi uma das principais razões (a força do nacionalismo era outra) da confusão que prevaleceu no Partido alemão na iminência e na eclosão da guerra em 1914.

II

O MOVIMENTO TRABALHISTA FRANCÊS

A violenta supressão da Comuna de Paris, em 1871, dispersou o movimento operário francês. Muitos líderes foram mortos nas ruas de Paris, presos ou exilados. No terror que se seguiu à eclosão revolucionária era praticamente impossível manter vivos os sindicatos ou organizações socialistas. Mas o movimento recuperou-se desse revés mais rapidamente do que o fizera após a derrota de junho de 1848. Em poucos anos a atividade sindical começou a renascer.

A princípio essa recuperação ocorreu sob a liderança do jornalista Barbaret, o qual confiava que os sindicatos ajudariam a estabelecer a paz na indústria, atuariam como centros educacionais e bóias de trabalho e, eventualmente, formariam oficinas cooperativas, como um meio de eliminar os extremos da riqueza. Em 1876, muitos desses sindicatos tinham sido organizados — conseguiram capitalizar o apoio dado pelos trabalhadores franceses à doutrina proudhonista de cooperativas de consumidores e produtores — e realizara-se um congresso central, em Paris, assistido por mais de 400 delegados. Barbaret deve ter ficado bastante satisfeito com seus esforços, pois esse congresso condenou as greves e afirmou a necessidade de harmonia industrial, recusando-se a tomar em consideração o punhado de socialistas presentes.

O sucesso de Barbaret, entretanto, foi de duração relativamente curta. Um núcleo de socialistas — quase todos antigos membros da Internacional — conseguira sobreviver ao difícil período após a Comuna. Em 1877, Jules Guesde, que voltara do exílio, na Suíça, onde se ligara estreitamente ao

grupo marxista, reuniu-se a eles. Guesde fundou um novo semanário, *L'Égalité*, que, desde o início, defendeu a formação de um partido proletário, visando à tomada do poder e criação de uma sociedade socialista.

Devido ao movimento encetado por Guesde e seus correligionários, e ao fracasso do grupo proudhonista em conseguir qualquer coisa para melhorar a condição dos trabalhadores, a idéia de um partido socialista começou a ganhar terreno. Quando se reuniu o terceiro congresso de sindicatos em Marselha, em 1879, os socialistas estavam em maioria. Guesde tinha sido preso no ano anterior por tentar realizar uma conferência internacional de trabalhadores em Paris, e isso mostrara, como tinha declarado a resolução aprovada em Marselha, que "o operariado não poderia mais esperar sua salvação de ninguém, a não ser de si próprio". Deveria, portanto, formar seu próprio partido político e lutar pela propriedade coletiva da terra, das fábricas e dos serviços públicos.

Uma vez aliados os defensores da cooperação e conciliação, os socialistas começaram a divergir entre si. Primeiro, havia uma ala anarquista, que negava qualquer valor na política parlamentar — denunciada como causadora de corrupção, transigência e insensatez — e sustentava que apenas uma insurreição violenta e decisiva poderia abolir eficazmente as tiranias do capitalismo e do Estado. Todas as outras formas de atividade socialista, diziam os anarquistas, meramente dissipavam o ardor revolucionário dos trabalhadores. Embora exercendo uma influência mais indireta do que direta, o anarquismo era bastante semelhante às doutrinas de Proudhon, às quais se acostumou toda uma geração de trabalhadores franceses, para obter efeito naquele setor do operariado ainda descrente das medidas políticas normais. Em 1883, por exemplo, após uma série de distúrbios nas áreas mineiras, 66 anarquistas foram levados a julgamento. Um deles era o Príncipe Peter Kropotkin, o exilado russo que desempenhou papel importante no movimento anarquista durante mais de 40 anos, tendo escrito alguns de seus melhores estudos históricos e filosóficos.

Além dos anarquistas, havia dois outros grupos importantes, que se dividiam mais ou menos nas mesmas linhas dos socialistas em outros países. No congresso realizado em St. Etienne, em 1882, os revolucionários chefiados por Jules

Guesde tinham rompido com a ala reformista, liderada por Paul Brousse, formando a primeira facção o Partido dos Trabalhadores Franceses, e a segunda o Partido dos Trabalhadores Socialistas Franceses.

Guesde não acreditava muito no valor das reformas. Enquanto durasse o capitalismo, não havia garantia de que as reformas fossem permanentes, ou de que não fossem retiradas quando melhor aprovasse à classe dominante. Os socialistas deveriam concorrer às eleições locais e nacionais por que ofereciam excelente oportunidade para propaganda, e não somente para eleger representantes. Conforme declarava a constituição do partido, seu papel era agir "como uma espécie de sargento de recrutamento e instrução", preparando as massas para a tomada do poder político na inevitável crise.

Os partidários de Brousse, ao contrário, seguiam a mesma linha dos fabianos na Inglaterra e de Bernstein na Alemanha. Acreditavam na necessidade de concentrar-se na atividade eleitoral. Seus representantes nas assembleias municipais e departamentais, ou na Câmara dos Deputados, conseguiriam as reformas imediatas desejadas pelo partido, através da cooperação de outros grupos, pela persuasão ou pela infiltração. Ao contrário dos marxistas que possuíam uma organização fortemente disciplinada, os reformistas davam muita liberdade às seções locais e estavam dispostos a admitir qualquer tipo de pessoas no partido, desde que aceitassem os mais elementares princípios socialistas. Isso, no entanto, não evitou dissensões internas, e em 1890 um grupo liderado por Allemane desligou-se para formar outro partido, baseando-se na afirmação de que os partidários de Brousse prestavam pouca atenção à agitação socialista e demais à conquista de votos.

Além dessas quatro seções do movimento operário, havia mais duas com alguma influência. A primeira — o Comitê Central Revolucionário — era formada por antigos colaboradores e partidários do veterano conspirador August Blanqui. Esse grupo permaneceu até 1904, de uma forma ou de outra, mas seus membros mais jovens foram gradualmente conquistados pelos marxistas, e os mais velhos — cuja maioria não podia fugir aos slogans que a tinham levado às barricadas em 1848 e 1871 — perderam contato com o novo sentido do movimento operário. O segundo grupo, emerso de

um círculo de debates, quase da mesma maneira que a Sociedade Fabiana, era formado de vários socialistas independentes, desligados com o radicalismo, e voltados para o esboço de esquemas de reforma social que esperavam pudessem ser amplamente aceitos. Alguns desses homens, como Millerand e Jean Jaurès, mais tarde tiveram papel importante na política francesa.

A confusão criada pela atividade de tantas organizações, cada uma proclamando-se dona da verdadeira visão ou capacidade para conduzir os trabalhadores franceses, refletia, naturalmente, nos sindicatos, cujo trabalho era seriamente prejudicado por disputas de facção e pela existência de rivais aliados a diferentes partidos na mesma indústria ou distrito. Conforme se desenvolviam a indústria e o comércio franceses, porém, e os empregadores mantinham sua hostilidade contra todos os sindicatos, tornou-se cada vez mais premente a formação de uma federação nacional de sindicatos, para unir os trabalhadores nas lutas industriais. Embora essa federação só fosse realmente criada num congresso em Lião, em 1886, caiu logo sob a liderança dos marxistas no Partido dos Trabalhadores Franceses. Quando isso aconteceu, não houve mais esperança de unidade, pois os outros grupos socialistas se recusaram a participar da Federação, já que ela passara a ser controlada pelos marxistas. Procuraram, então, criar um organismo paralelo, baseado nas bolsas de trabalho (*Bourses du Travail*) que se difundiam em toda a França, após sua legalização em 1884.

Embora essas bolsas tivessem sido fundadas com auxílio oficial, elas logo se tornaram muito mais do que simples escritórios em que trabalhadores podiam ser contratados. Atuavam como centros da atividade sindical local, para reuniões e aulas educativas. Cedo a nova Federação de Bolsas de Trabalho foi dominada pelos alemunistas, que, após o rompimento com o moderado Partido dos Trabalhadores Socialistas, levaram com eles alguns dos mais hábeis líderes sindicais.

Mal tinham sido lançadas essas federações rivais, a antiga idéia anarquista de greve geral começou a ganhar o apoio dos trabalhadores franceses. Havia boas razões para isso. Já não parecia realista a possibilidade de uma re-

volta vitoriosa nos moldes tradicionais com que ainda sonhavam os anarquistas e alguns seguidores de Blanqui. A perspectiva de uma vitória através de longa luta política, como queriam os socialistas, parecia distante e remota. A greve geral era, assim, a única arma que os trabalhadores poderiam usar para livrar-se da exploração capitalista.

Em 1888, a Federação dos Sindicatos endossou a idéia; três anos depois foi apoiada pelos alemunistas. Os remanescentes blanquistas descobriram que ela se enquadrava perfeitamente em seu programa. Somente os marxistas lieteralmente objeções. Diziam eles que seria infantil imaginar que uma greve geral pacífica fosse possível. Revoluções não podem ser empreendidas com uma pretensão de legalidade. Mesmo que os trabalhadores estivessem dispostos a se abster do uso da força, não havia sinal algum de que a classe dominante hesitaria em suprimir um movimento que ameaçava desapropriá-la. De qualquer forma, a interrupção dos serviços vitais levaria os trabalhadores a fome. Para empreender uma aventura tão ambiciosa com alguma possibilidade de êxito, os trabalhadores deveriam estar tão bem organizados e disciplinados que já teriam chegado ao ponto de conquistar o poder político.

A recusa marxista de aceitar a greve geral colocou um abismo precoce entre eles e a maioria dos sindicatos. Não podendo deter a aprovação de uma resolução a favor da greve na conferência da Federação dos Sindicatos de 1892, eles a abandonaram. Dessa data em diante a Federação — transformada em Confederação Geral do Trabalho (a CGT) em 1895 — declarou sua independência de todos os partidos políticos, e seu apoio a uma greve geral.

Durante alguns anos as políticas da CGT e da Federação de Bolsas de Trabalho seguiram rumos convergentes e, em 1903, formou-se uma CGT unida que incluía ambas. Nessa época, devido em parte aos esforços de Fernand Pelloutier, secretário da Federação de Bolsas de Trabalho até sua morte em 1901, houve apoio generalizado ao sindicalismo, pois só a doutrina da revolução por ação industrial direta foi invocada.

Os sindicalistas tinham avançado muito em direção ao anarquismo. Tinham abandonado sua aversão primitiva a

violência; tinham ido tão longe que chegaram a apoiar a sabotagem; e convenceram-se de que o sucesso de uma greve geral dependia menos dos recursos e disciplina dos trabalhadores do que da audaciosa liderança de uma minoria decidida. Tinham também conquistado um bom número de socialistas desiludidos com a política de reforma e colaboração de classes seguida pelos seus líderes.

A tendência para o sindicalismo recebeu um impulso considerável com o caso Millerand. Em junho de 1899, Millerand concordou em entrar para o Governo radical de Waldeck-Rousseau, empenhado numa luta contra a reação monarchista e clerical — personificada no famoso caso Dreyfus — como ministro da Indústria e Comércio. Um de seus colegas era o conhecido General Gallifet, responsável pelo assassinato de milhares de *communards* em 1871. Os socialistas, nessa época, tinham mais de 50 representantes na Câmara dos Deputados. Um setor importante, formado em sua maioria de socialistas moderados independentes e partidários de Brousse, apoiava Millerand. Jean Jaurès chegou mesmo a formular uma nova teoria para a ocasião, argumentando que a sociedade capitalista entrara num período de transição, no qual o proletariado e a burguesia podiam dividir o poder, e que os socialistas franceses estavam, portanto, assumindo uma posição lógica, apoiando a decisão de Millerand de aceitar o cargo.

Mas essa tese, que levantou de forma aguda toda a questão da atitude socialista diante das reformas e da política parlamentar, foi logo contestada pelos marxistas e blanquistas que, infelizmente para eles, não tinham uma alternativa prática para oferecer. Embora os marxistas tenham levado a disputa provocada pela "traição" de Millerand — e depois de outros socialistas — para o movimento internacional, na França, pelo menos, estavam-se dividindo numa ala reformista, preocupada com a atividade eleitoral, e outra revolucionária, que seguia a direção dos sindicalistas. Esses últimos, de fato, apelando para todas as escolas de socialismo, conseguiram capitalizar os ressentimentos e a impaciência dos trabalhadores, que viam no caso Millerand uma prova final da inutilidade de se intrometerem na política burguesa.

Os sindicalistas aceitavam a doutrina marxista de que a sociedade se dividia em classes antagônicas e de que os tra-

balhadores seriam inevitavelmente levados a buscar a destruição da economia capitalista. Acreditavam, porém, que o sindicato, unindo os trabalhadores na base de seus interesses comuns, era uma unidade de organização muito mais estável do que os partidos políticos, pois esses, fazendo de uma idéia política o único liame entre homens de diferentes ocupações e ordens sociais, seriam mais efêmeros e desunidos. O sindicato deveria ser uma união por indústria, mais do que por profissão, pois isso reforçaria a solidariedade dos trabalhadores e ajudaria a sua mobilização para a greve. À greve geral, instrumento da revolução social, não poderia ser decretada até que os trabalhadores se tivessem preparado para ela através de uma série de greves, em fábricas particulares, em distritos e em toda a indústria. Essas greves aprofundariam o abismo entre empregadores e empregados, revelando o antagonismo fundamental existente entre eles e, ao mesmo tempo, ensinariam aos trabalhadores lições valiosas de tática e organização.

Como o Estado era o único meio através do qual a classe capitalista exercia seu poder, seria tratado da mesma forma — aqui novamente os sindicalistas tomaram um argumento marxista, ou anarquista, e adaptaram-no aos seus propósitos. As concessões necessárias seriam conseguidas pela ação direta, por demonstrações de rua. Os sindicatos somente deveriam aceitar as reformas conquistadas pela força; todas as outras seriam simples tentativas de suborná-los e, portanto, deveriam ser repudiadas, pois poderiam embotar a fúria revolucionária dos trabalhadores.

O nacionalismo e militarismo, da mesma forma, serviam para afastar a classe operária de seus correligionários de outros países, empenhados na mesma luta de emancipação. Os sindicatos, por conseguinte, comprometiam-se a fazer oposição a todos os preparativos de guerra e à "patriótica" propaganda que os acompanhava. Após a vitória da greve, seria eliminada a propriedade privada e as distições de classe, e os sindicatos assumiam a direção da produção e distribuição. Enquanto os serviços, como ferrovias, seriam controlados pela CGT, como o organismo de coordenação nacional mais adequado, a atividade econômica local seria regulada pela Bóia de Trabalho correspondente, como representante de todos os sindicatos do distrito. Assim, pela primeira vez,

os trabalhadores seriam levados à direção das empresas de que eram empregados. Não seria necessário um Estado político, pois teria desaparecido a necessidade de uma autoridade centralizada e de um meio de opressão de classe; tal disciplina social exigida numa sociedade livre e cooperativa seria exercida pelos próprios trabalhadores.

Os sindicalistas nunca foram mais longe do que isso em suas especulações acerca do futuro. Eram avessos a planos minuciosos, sustentando que sua missão era mudar o sistema e deitar o problema de que instituições iriam substituí-lo para aqueles que eventualmente teriam de criá-las. Havia, porém, um ponto comum em sua filosofia. Consideravam o Governo da maioria uma ilusão. As decisões efetivas, diziam eles, só poderiam ser tomadas por uma minoria organizada. Se ela tivesse que submeter seus objetivos à aprovação da maioria, não poderia funcionar eficientemente. Se a maioria concorresse, o voto era supérfluo. Se discordasse, estaria obturando o progresso.

Base princípio aplicava-se ao trabalho dos sindicatos que, no capitalismo, jamais poderiam esperar reunir toda a classe operária. Teriam, portanto, que agir como uma liderança desinteressada, e conseguir a derrocada dos empregadores, no interesse de toda a classe. A revolução não poderia esperar até que todos compreendessem ser ela desejável e necessária.

Além dos sindicalistas, líderes ativos do movimento trabalhista, havia também um pequeno grupo de intelectuais, que procurava construir uma doutrina mais elaborada com base na agitação sindical. Desses o mais famoso foi Georges Sorel, que nunca teve muita influência direta sobre os trabalhadores franceses. Sorel dizia que a idéia da greve geral era de grande valor para o treinamento e educação dos trabalhadores no sentido da destruição do capitalismo. Se essa greve viesse ou não a se realizar, não tinha importância; servia como um mito para manter alto o espírito dos trabalhadores na adversidade, assim como o mito da eternidade sustentara o cristianismo. Todo grande movimento social, dizia Sorel, tinha seus mitos, que serviam para concentrar as aspirações no tema da ação. Enquanto os trabalhadores conservassem a visão militante da greve geral, seu entusiasmo pela luta con-

tra o capitalismo permaneceria no auge. Essa argumentação era acompanhada de grande moralização abstrata e mística.

Alguma coisa da doutrina de Sorel, em bruto, influenciou a massa de sindicalistas, mas ele próprio tornou-se cada vez mais reacionário. Quando, muitos anos mais tarde, Mussolini formulou as vagas e obscuras proposições que formaram o testamento político do fascismo, incorporou muita coisa que tinha aprendido com Sorel. Foi o aspecto catastrófico do sindicalismo que atraiu Sorel. Os homens não se tornavam livres, dizia Sorel, por mudar seu ambiente, mas pela dedicação a uma causa heróica. Realizavam-se apenas quando submetiam a violência moral e física pela observância plácida das convenções sociais.

Enquanto os sindicalistas se concentravam na sua guerrilha industrial contra o capitalismo, os vários grupos socialistas gradualmente se aproximavam. Em 1905, formaram o Partido Social Unido, graças em parte à intervenção de seus correligionários no estrangeiro e, também, aos esforços de Jaurès para uni-los. No ano seguinte receberam 900 mil votos e elegeram 51 deputados. Em oito anos aumentaram a votação para 1.400 mil e o número de representantes na Câmara para 103. Foram feitas tentativas para conseguir a filiação da CGT, mas os sindicatos insistiam em permanecer livres de qualquer ligação política direta.

O próprio Partido Socialista, embora formalmente unido, era tão dividido por elementos dissidentes quanto seu congêner na Alemanha. Os moderados, dos quais alguns líderes tinham sido expulsos por seguirem os passos de Millerand, desejavam trabalhar com qualquer partido que trouxesse algumas reformas, em troca de votos socialistas na Câmara. Os marxistas ortodoxos, embora convertidos à ação constitucional, ainda se recusavam a aceitar essa cooperação por questão de princípio. O terceiro grupo, dirigido por Gustave Herré, era muito influenciado pela doutrina dos sindicalistas. Na chefia do partido estava Jaurès, que conseguiu manter os três grupos unidos numa difícil aliança com a plataforma da reforma social, antimilitarismo, monopólios de Estado e — o motivo de seu assassinato ao eclodir a guerra — pela amizade, em vez de hostilidade, ao povo alemão.

Quando estourou a guerra, a brecha entre socialistas e sindicalistas não tinha sido superada, e as experiências dos

anos de guerra produziram novas e mais agudas divisões dentro do movimento trabalhista. Mas os sindicalistas, embora jamais tivessem sua greve geral, e apesar de que, lentamente, aderiram a métodos menos drásticos, deram uma importante contribuição à teoria socialista. Como os corporativistas na Inglaterra, sobre os quais exerceram muita influência, chamaram a atenção para o perigo e a impropriedade de um socialismo burocrático de Estado, e revelaram as potencialidades dos sindicatos como uma arma na luta de classes, e como o núcleo em cujo redor se poderia construir a estrutura de uma futura economia democrática — uma doutrina semelhante à dos Trabalhadores Industriais do Mundo, nos Estados Unidos. Na sua ênfase sobre a necessidade de uma minoria militante para liderar o operariado, e de serem os trabalhadores representados como produtores, em vez de cidadãos, eles anteciparam a crença comunista de que seu partido deveria ser uma vanguarda de revolucionários devotados, e que uma hierarquia de soviets — ou conselhos de trabalhadores — deveria substituir um parlamento central como forma de Governo.